



## **O PROCESSO DE ALIENAÇÃO E SUBALTERNIDADE DO SER HUMANO NO CAPITALISMO E A IMPORTÂNCIA DA IDEOLOGIA NESSE CONTEXTO**

Cristiane Gonçalves de Souza<sup>i</sup>  
Jussara Ayres Bourguignon<sup>ii</sup>

**Resumo:** Este texto, resultado de pesquisa bibliográfica, objetiva pontuar aspectos concernentes ao processo de alienação e subalternidade do ser humano no modo de produção capitalista. Para tanto considera o trabalho em uma perspectiva ontológica, haja vista que nessa linha de pensamento o que é central é a capacidade criadora do homem, sua capacidade de transformar radicalmente o mundo mediante finalidade estabelecida em sua consciência. Inserida na sociabilidade capitalista, as classes dominadas/subalternas são muitas vezes influenciadas pela ideologia da classe dominante, no entanto, mediante os autores pontuados neste trabalho foi possível observar que as classes subalternas têm reações que denotam resistência e luta, mesmo sendo reações espontâneas, tais reações favorecem o movimento de luta e reivindicação das mesmas.

**Palavras-chave:** Trabalho. Classes subalternas. Relações sociais. Contradição.

## **THE PROCESS OF ALIENATION AND THE HUMAN SUBALTERNITY IN THE CAPITALISM AND THE IMPORTANCE OF IDEOLOGY IN THIS CONTEXT**

**Abstract:** This text, the result of bibliographic research, objective scoring aspects concerning the process of alienation and inferiority of the human being in the capitalist mode of production. Therefore considers the work in an ontological perspective, given that this line of thinking what is central is the creator of man capacity, its ability to radically transform the world by purpose established in your consciousness. Inserted in capitalist sociability, the dominated classes / subaltern are often influenced by the ideology of the ruling class, however, by the authors scored in this study it was observed that the subaltern classes have reactions that denote resistance and struggle, despite being spontaneous reactions such reactions favor the movement of struggle and claim them.

**Keywords:** Work. Subaltern classes. Social relationships. Contradiction.

### **1 Introdução**

Este artigo, tem finalidade de colocar em debate a condição de subalternidade, presente nas relações sociais que se estabelecem na sociabilidade capitalista. Para tanto, recuperamos algumas categorias que podem contribuir para a compreensão desse fenômeno, tais como: alienação, subalternidade e ideologia. Estas categorias são fundamentadas em uma perspectiva marxiana, e marxista, tendo em vista que nossa reflexão se pautará em Marx (2013), Lukács (2013), Mézaros e Gramsci (1999).

Recebido: 05/09/2016

Aprovado: 24/11/2017

A escolha dos autores se justifica em decorrência de que, a nosso ver, os mesmos analisam a sociedade e as relações sociais, de forma que seja possível o desvelamento de processos de dominação social e de contradição entre duas classes fundamentais: capitalista (que detém os meios de produção) e trabalhador (que vende sua força de trabalho). Ao desvelar esta contradição, que produz intensa desigualdade social, os mesmos propõem estratégias de enfrentamento que têm potencial de repercutir de forma significativa no cotidiano dos trabalhadores, das classes subalternas. Estratégia que se assenta no estabelecimento de projeto contra-hegemônico, que seja capaz de elucidar a capacidade revolucionária humana como produtor da história, num processo onde os subalternos percebam não apenas suas fragilidades, mas, sobretudo, suas capacidades.

Para tratar do processo de alienação e subalternidade do ser humano, necessário se faz destacar a discussão proposta por Marx (2013) e Lukács (2013) sobre a centralidade ontológica da categoria trabalho, pois esses autores recuperam o debate em torno do trabalho em um sentido genérico, não o trabalho em sua relação direta com o trabalho na sociedade capitalista, mas sim aquele trabalho no sentido ontológico.

É oportuna a reflexão empreendida por Harvey (2013), quando o autor referindo-se a Marx afirma que, para este autor, trabalho implica em ato nobre e criativo, pois é mediante o processo de trabalho que o homem transforma o mundo. No processo de trabalho o ser humano imagina para criar algo que tenha um propósito, que atenda suas necessidades. Nessa dinâmica, a consciência humana participa ativamente, criando, estabelecendo finalidades específicas para alcance da produção de algo novo, que marca um novo momento histórico. Tal feito, além de produzir algo novo, uma situação nova, produz, igualmente, uma mudança no ser humano, que também é transformado no processo, o que implica em constante evolução humana.

Nesse sentido é importante a reflexão sobre os propósitos e finalidades que buscamos atingir e se conscientizar da possibilidade de transformar o mundo e a nós mesmos na medida em que intervimos no mundo. Temos a possibilidade de protagonizar novos momentos históricos.

Na abordagem do trabalho no sentido ontológico é possível perceber que o homem<sup>1</sup> se relacionava com a natureza e seu entorno de uma forma muito diferente do que

---

<sup>1</sup> Quando nos referimos ao homem, aqui estamos tratando do homem no sentido genérico, do gênero humano e não homem numa perspectiva masculina ou feminina. Inicialmente não usamos o termo ser humano, tendo em vista que o homem/mulher, através do desenvolvimento das forças produtivas passam a se humanizar mediante o processo do trabalho na perspectiva ontológica, deixam de ser meramente um ser biológico para se aproximar da condição de ser social, ser humano. (LUKÁCS, 2013)

presenciamos hoje no contexto social capitalista. Na perspectiva ontológica, o que é central é a capacidade criadora do homem, sua capacidade de transformar radicalmente o mundo mediante finalidade estabelecida em sua consciência. Através do processo de trabalho, do intercâmbio que o homem realiza com a natureza, que o mesmo se afasta das barreiras naturais (LUKÁCS, 2013) e se humaniza deixando de ser um ser meramente biológico para então tornar-se ser social.

Mais tarde veremos que essa relação no modo de produção capitalista fica esvaziada de sentido, pois o que importa é o trabalho se sujeitando ao capital e tão somente produzindo coisas que sejam comercializáveis.

Trata-se de pesquisa realizada mediante revisão bibliográfica, que proporcionou fundamentação teórica necessária para o debate a respeito do processo de alienação e subalternidade do ser humano no capitalismo e o papel da ideologia nesse contexto, servindo como estratégia de manutenção da subalternidade.

Ao colocar em debate tais categorias, em uma perspectiva histórico-ontológica, o artigo pretende problematizar as potencialidades da classe trabalhadora em superar os processos de alienação a que são submetidas historicamente em suas relações de trabalho. Conforme afirma Iamamoto (2007, p. 391 e 393), o enfrentamento destes processos e da condição de subalternidade implica em luta por interesses coletivos, bem como “[...] a defesa do trabalho, como defesa da humanidade dos indivíduos sociais, contra a sua dilapidação.”

Assim, problematiza-se, também, no artigo reflexões sobre ideologia, visto corresponder a uma dada concepção de mundo, alicerçada na condição de classe social e com potencial ético e político de conduzir a ação e o comportamento humano. Para romper com o padrão que dissimula o potencial transformador da classe trabalhadora, é necessário ter clareza sobre o lugar da ideologia na ordem das relações sociais capitalistas vigentes.

## **2 A condição de alienação e subalternidade do ser humano no modo de produção capitalista**

O trabalho, no sentido ontológico, contribui para humanização do homem, por sua vez, o trabalho, no contexto capitalista, produz reificação desse mesmo homem, uma vez que o processo de trabalho fica submetido ao capital e seus interesses. Esse processo transforma a subjetividade humana, pois o homem já não se vê, não se reconhece no produto do seu

trabalho, visto que não foi algo projetado por ele, conscientemente. Ele está nessa relação, mas é apenas um objeto e não, sujeito.

O modo de produção capitalista, define, não somente o modo como serão produzidas as mercadorias, mas define, sobretudo, as relações sociais entre o ser humano, criando um aparato de ideias que são capazes de sustentar e legitimar sua ordem social, naturalizando as relações sociais de tal forma que as pessoas são, em muitas situações, incapazes de perceber sua perversidade no que tange a tratar as mesmas como coisas.

O capitalismo acabou por inaugurar uma nova estrutura social, tendo em vista que ao estabelecer a concentração da propriedade, dos meios de produção nas mãos de uma classe, que correspondia a uma minoria da sociedade, acabou gerando o surgimento de outra classe, formada por aqueles que dispunham somente de sua própria força de trabalho. (MARTINELLI, 1995).

O modo de produção capitalista passa a se sustentar a partir de relações sociais capitalistas, as quais trazem em si a marca da compra e venda da força de trabalho, esta por sua vez, surge no capitalismo como mera mercadoria.

A burguesia, por ser detentora do capital, conseqüentemente, se fortaleceu enquanto classe. Logo, passou a consolidar uma ordem burguesa no interior do modo de produção capitalista. Nessas circunstâncias, a burguesia necessitava do proletariado para se consolidar, no entanto, o seu interesse pelos trabalhadores era vazio de qualquer interesse mais humano. Ou seja, o trabalhador era apenas força de trabalho, e tão somente isso, uma mercadoria como outra qualquer, que era necessário adquirir para expansão do seu capital. É na primeira metade do século XIX que o capitalismo se expande, com sua expansão, instaura-se uma depreciação do ser humano, haja vista que, ao passo que o mundo das coisas, da mercadoria era valorizado, esse movimento implicou no aviltamento do mundo do homem (MARTINELLI, 1995).

“A força da vida, criadora de valores humanos, foi tragada pela mercadoria, símbolo do capital. O próprio movimento da vida humana foi substituído pelo movimento da mercadoria no mercado [...]”. (MARTINELLI, 1995, p. 42). No momento em que a vida humana passa a ser considerada mercadoria, as relações que se estabelecem entre as pessoas, tornam-se relações entre coisas mercantis, comercializáveis.

Esse processo altera a essência humana, que passa a ser marcada e mediada pelo valor de troca e pelo dinheiro, fato que elimina toda e qualquer característica pessoal das relações. Ainda que, na aparência, se apresente como relações entre pessoas, são relações entre coisas.

Isto faz parte da própria essência do processo de alienação do trabalhador. (ALMEIDA, 1991).

O capitalismo inaugurou não apenas uma nova forma de produção de mercadorias, mas, sobretudo, inaugurou uma nova forma de pensar as relações humanas, submetendo o homem a uma condição de coisa, que gerou uma nova subjetividade no interior do ser humano, pois este já não se identificava mais com aquilo que produz, gerando o que Marx (2004) denominou de alienação.

De acordo com Almeida (1991), a alienação não influencia apenas a produção concreta de materiais, sobretudo, tem capacidade de influenciar a subjetividade humana, a julgar que procura eliminar a capacidade criadora do homem, subjuguando-a as relações mercantis. Nesse nexos, o homem não tem a característica de liberdade, com capacidade de objetivar suas criações com consciência, com propósitos e finalidades, tendo em vista que isso lhe é negado, pelas leis da produção capitalista.

Há um limite muito claro para o potencial criador e transformador do ser humano no interior da sociedade capitalista, esse limite fica estabelecido pela alteração nas relações sociais que se instituem nesta sociabilidade. No capitalismo, o potencial criador do ser humano fica sujeito às leis de produção capitalista, nesse sentido, o ser humano não tem autonomia para realizar suas ações e passa a ser tratado não mais como sujeito, pois o objeto, a mercadoria se sobrepõe a ele. Nesse processo desaparecem as relações humanas e se destaca as relações de mercado.

Na tradição marxista é possível encontrar os termos alienação e estranhamento (*Entausserung* e *Entfremdung*), em alguns momentos ambos os termos podem surgir como se fossem sinônimos, no entanto, Ranieri (2001), a partir de suas análises das obras de Marx, argumenta que alienação e estranhamento correspondem não exatamente à mesma coisa, ou seja, não tem o mesmo significado, mas correspondem à determinação de um pelo outro. Há entre as categorias alienação e estranhamento (*Entausserung* e *Entfremdung*) uma unidade conceitual, onde alienação diz respeito a uma situação de saída de determinado estado, por sua vez, estranhamento se refere ao momento de entrada em outro estado.

Assim sendo, a concepção de alienação (*Entausserung*) está vinculada ao fato do homem não ter acesso aos produtos do seu trabalho, gerando a falta de reconhecimento de sua condição de sujeito de sua própria história. Já o estranhamento (*Entfremdung*) surge:

[...] em primeiro lugar, como a relação do homem com o mundo exterior dos sentidos, os objetos da natureza, na qual o ser humano é compreendido como

indivíduo estranhado desta última, ou seja, trata-se de um estranhamento com relação à coisa exterior; em segundo lugar, o estranhamento aparece também como expressão da relação de trabalho com o ato de produzir no interior do processo de trabalho, ou seja, a relação do trabalhador com sua atividade, estranha, alheia, que não lhe oferece qualquer satisfação, a não ser no momento de vendê-la a alguém. Este é o estranhamento de si mesmo. Em terceiro lugar, o estranhamento aparece como algo que se vincula ao objeto de trabalho, objeto que é sinônimo de objetivação de vida do gênero humano, da efetividade das forças essenciais humanas [...]. (RANIERI, 2001, p. 13).

É possível apreender que a alienação corresponde ao momento em que o ser humano deixa a condição de sujeito, que tem capacidade de ser produtor da história, através do trabalho concreto. Consequentemente, a partir do trabalho abstrato, adentra em uma relação estranhada com o trabalho. O ser humano também se percebe alheio, estranho nas relações que estabelece com outros seres humanos, pois o mesmo não se reconhece no processo societário como sujeito que pertence ao gênero humano.

Sobre o processo de alienação Mézáros (2006, p.21) expõe que: “[...] o conceito de alienação de Marx compreende as manifestações do “estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo”, de um lado, e as expressões desse processo na relação entre homem-humanidade e homem e homem, de outro”.

O autor supracitado afirma que no contexto capitalista, com a afirmação do contrato de trabalho entre aquele que detém os meios de produção e o trabalhador que vende sua força de trabalho, a pessoa viva (trabalhador) é transformada em coisa, em uma mera propriedade, para na sequência ser dominada por seu novo “dono”.

Ao estabelecer o contrato de trabalho com aquele que detém os meios de produção, o trabalhador confere, por “livre e espontânea vontade”, ao seu novo “senhor” autoridade para manipular sua força de trabalho cumprindo os interesses do capital e não mais as necessidades humanas. O trabalhador é manuseado como objeto, como coisa que não tem anseios próprios, nessa dinâmica, o ser humano se separa daquilo que lhe pertencia, a capacidade humana de criação e transformação. (MÉSZÁROS, 2006).

Dessa forma, a alienação humana foi concretizada mediante a transformação de todas as coisas “[...] em objetos alienáveis, vendáveis, em servos da necessidade e do tráfico egoístas. A venda é a prática da alienação”. (MARX apud MÉSZÁROS, 2006, p. 39).

Nesse contexto ocorre um processo de negação da capacidade criadora do ser humano, onde este sujeito perde a potencialidade de produção livre e também perde a capacidade de se relacionar de forma dialética junto ao processo de produção material. Se partimos do pressuposto, de considerar o trabalho como um momento metabólico do ser humano, isso implica em que o trabalho é relativo ao funcionamento do próprio ser humano. Trata-se de

algo que lhe é intrínseco, a sua existência humana está relacionada ao intercâmbio que ele realiza com a natureza mediante o trabalho. É nesse processo que o homem adquire suas ideias, onde surgem as suas concepções de mundo, ou seja, sua experiência material influencia suas ideias e sua forma de perceber o mundo. Mediante tais experiências materiais o homem transforma o mundo e a si mesmo. “Nossas concepções mentais do mundo não são separadas de nossas experiências materiais, de nossas relações centrais com o mundo, e, portanto, não sai independentes dessas relações”. (HARVEY, 2013, p.115-116).

À vista disso, a reflexão de Silveira Filho (apud ALMEIDA, 1991) é pertinente, pois afirma que se estamos preocupados em problematizar sobre as relações que se estabelecem na sociedade capitalista, entre o homem e a forma como são realizadas a produção e reprodução das relações sociais. Inevitavelmente, se faz necessário retomar o debate proposto por Marx sobre o trabalhador que é livre, mas, que no entanto, é assalariado, transformando sua força de trabalho em mercadoria. Esta é a base dessa forma de sociabilidade, algo ou alguém só adquire valor no momento em que se transforma em objeto de venda e de troca.

Na medida em que cria bens, o trabalhador torna-se uma mercadoria mais barata, pois a sua desvalorização enquanto ser humano aumenta na mesma proporção em que aumenta o valor do mundo das coisas/objetos. Logo, o trabalho, no contexto capitalista, não cria somente coisas ou objetos que podem ser mercantilizados, cria, sobretudo, o trabalhador na forma de mercadoria (MARX, 2004).

Nessa relação estabelecida, o produto do trabalho do ser humano surge como um objeto estranho a ele, pois não lhe pertence, pertence a outra pessoa que não é o trabalhador, ora, se não pertence ao trabalhador, a quem pertence o produto do seu trabalho? Pertence a outro ser, a um ser que lhe é exterior, outro homem que está fora do trabalhador. Aquele que se beneficia do trabalho é o que detém o poder de comprá-lo na forma de mercadoria e que passa a ser senhor do objeto produzido pelo trabalhador. (MARX, 2004).

Quando o trabalhador passa a se relacionar “[...] com a sua própria atividade como uma [atividade] não-livre, então ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de um outro homem”. (MARX, 2004, p. 87).

Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como [com] um objeto estranho estão todas estas consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeits*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. [...]. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao

objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. (MARX, 2004, p.81).

No contexto capitalista ocorre uma apropriação do produto e da atividade do trabalhador, incidindo um processo de apropriação do próprio sujeito, a julgar que a relação que estabelece com a natureza é então intermediada pela mercadoria, pelo valor de troca. Nessas circunstâncias não existe qualquer identificação com o objeto produzido, pois trata-se apenas de mera mercadoria que não foi projetada por ele, apenas demandou dispêndio de esforço e trabalho. (ALMEIDA, 1991).

Na medida em que o indivíduo internaliza o processo da mercadoria, isso implica em que o seu interior já foi subjetivado como coisa. Por conseguinte, a alienação começa a fazer parte da estruturação de sua subjetividade (ALMEIDA, 1991). Ou seja, as ideias, as representações que o indivíduo passa a ter de si mesmo são com a mercadoria e com as coisas que produz. Ele mesmo se percebe como coisa.

Ao submeter-se às leis de produção do capital, o homem trabalha para produzir mercadorias em grande quantidade, pois dessa forma é possível a acumulação de capital.

Como o produto do trabalho não lhe pertence, por quanto ele vendeu sua força de trabalho, mediante estabelecimento de contrato salarial, tal fator dá direitos ao capitalista de apropriar-se do produto do trabalho de outrem. O trabalhador não se apropria do objeto produzido, logo, não se identifica com ele, momento em que ocorre o estranhamento “[...] que resulta em uma autorização do objeto em relação ao sujeito, isto é, o objeto se afirma com um poder independente ao próprio sujeito que o produziu”. (ALMEIDA, 1991, p.120 e 121).

Martinelli (1995, p. 63) expõe que a alienação faz parte de um mecanismo criado para a própria preservação da sociedade burguesa capitalista, pois penetra “[...] na consciência das pessoas, leva-as a não mais se reconhecerem nos resultados ou produtos de sua atividade, se tornam alheias, estranhas, alienadas, enfim, até mesmo à realidade onde vivem”.

A intenção na sociabilidade capitalista é provocar uma cisão entre os meios de produção, produzindo alienação da força de trabalho e com isso controlar todos os movimentos do trabalhador, quer no contexto do trabalho, quer nas suas relações sociais realizando a manutenção da sociedade burguesa. (MARTINELLI, 1995).

Uma das estratégias que a burguesia utiliza para racionalizar sua prática social capitalista é através do aparato ideológico, pois a ideologia surge em momentos onde é necessário criar mecanismos que tenham condições de contribuir para a coesão social e

eliminar os conflitos. Sobre a ideologia e referente às formas como ela se manifesta na sociedade trataremos no item seguinte

### **3 Reflexões acerca da ideologia e da sua função no sistema social vigente**

É oportuno pontuar que a ideologia corresponde a um tema controverso, polissêmico e que é empregada a partir de várias perspectivas no campo das ciências sociais, por isso é necessário empreender um esforço reflexivo na busca de compreensão desta categoria. Ideologia, por vezes é abordada como falsa consciência ou ilusão de sentidos com uma conotação pejorativa.

Entretanto, numa perspectiva marxiana e lukacsiana, este termo é abordado a partir da lógica de que, a ideologia corresponde a uma forma de elaboração ideal da realidade e surge, justamente para mediar os conflitos gerados em sociedade. “Em suma, logo que o conflito social se apresenta como problemática vital na realidade dos homens, as sociedades produzem instrumentos para sua resolução na forma de ideologia” (COSTA, 2006, p.08).

Costa (2006) destaca que para Lukács, ideologia está relacionada à função social que um pensamento tem capacidade de exercer no interior dos conflitos sociais, nessas circunstâncias a ideologia pode se manifestar de forma teórica ou como uma prática social.

Lukács (2013, p. 465) afirma que a ideologia é uma forma de construir uma realidade ideal, tem como finalidade a constituição e disseminação de visões de mundo que sejam capazes de dirimir os conflitos sociais e dar sentido às práticas sociais. O autor em questão prossegue: “[...] toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade”.

Lukács (2013) entende a ideologia como algo criado pelos homens, para que os mesmos possam viver em sociedade. Dessa forma, a ideologia surge para trazer respostas aos conflitos que são gerados no âmbito da sociabilidade humana. Ideologia não tem apenas uma conotação pejorativa e negativa, justamente por se tratar de um complexo social necessário para o homem viver em sociedade.

Muito embora o trabalho, seja o fio condutor da atividade humana, momento em que se realiza enquanto ser social, na dinâmica que se estabelece, a partir da divisão social do trabalho, ampliam-se as necessidades humanas, isso demanda novas respostas, estas respostas não são encontradas no processo de reprodução da vida material. Destarte, o ser humano não quer apenas ter o domínio sobre o intercâmbio que realiza com a natureza, mediante o

processo de trabalho, ele quer conhecer a si mesmo, sua subjetividade, em decorrência disso, constrói respostas que tenham a capacidade de responder aos seus conflitos interiores, como para onde vou? De onde vim? Sobre a construção da realidade social e existência/inexistência de deuses, etc. (COSTA, 2006).

O processo de produzir respostas aos conflitos que emergem da sociabilidade humana, vai além do exercício das atividades laborais. Consequentemente, surge a necessidade de instituição de normas generalizadoras do comportamento humano. Esse fenômeno ocorre no cotidiano mais imediato da vida social e adquire a forma de costumes, tradições, normas sociais, convicções religiosas, concepções de mundo, expressões artísticas e teorias científicas. O surgimento dessas respostas se justifica, uma vez que, a vivência em sociedade contribui para que os homens estabeleçam conflitos entre si, logo, tais conflitos carecem de resolução, pois caso não sejam resolvidos há o risco de perda da coesão social existente (COSTA, 2006).

Importante destacar que a natureza desses conflitos sociais varia de sociedade para sociedade, no entanto, as sociedades constroem as respostas para tais conflitos, baseadas nas alternativas que emergem das próprias generalizações criadas pela sociedade onde os homens vivem e agem. Por isso Lukács (2013) usa a expressão *hic et nunc*, para se referir que é no aqui e agora, nas experiências vivenciadas pelos homens em seu cotidiano, que nascem as respostas para solucionar os seus conflitos sociais.

Lukács argumenta que, se na história da humanidade tomamos o período da caça e da coleta, no qual ainda não podiam ainda estar presentes todas as determinações que caracterizam a estratificação em classes sociais, mesmo aquela mais originária, “o conceito de ideologia [...] alcança uma certa ampliação e também a sua gênese aparece sob uma luz um tanto modificada”. Diz o autor: “a caça de animais ferozes requer dos homens modos de reação totalmente diversos e comportamentos obrigatoriamente impostos por estes últimos nascem, ao menos, simultaneamente ao trabalho, ou melhor, no que concerne ao peso social são até precedentes e mais relevantes. Referimo-nos, sobretudo à coragem, à firmeza, se necessário o espírito de sacrifício, sem os quais a caça, que era habitual - como está demonstrado - durante o paleolítico, teria sido impossível”. (LUKÁCS apud COSTA, 2006, p.6).

É possível perceber o surgimento de um embrião das formas ideológicas, pois no contexto acima mencionado, o estabelecimento das normas de conduta ocorre como resultado do processo de reprodução social possível na época. Já que, a caça como estratégia de reprodução individual e coletiva, lança alicerces para a instituição de modos de conduta, que nas fases seguintes de desenvolvimento da sociedade, adquiriram forma ideológica, se transformando em importantes instrumentos do processo de reprodução social, principalmente nas sociedades onde há a divisão de classes (COSTA, 2006).

No período assinalado, período da caça, não havia antagonismos de classe, a função das normas era garantir uma maior coesão no comportamento dos grupos humanos. Referindo-se a Lukács, Costa (2006, p.6) explica que o autor húngaro partia do pressuposto de que, por haver uma colaboração entre os homens, com vistas a assegurar a reprodução do grupo/da coletividade humana, deviam existir “[...] aspectos da seguinte ideologia: uma certa generalização social das normas do procedimento humano, mesmo se elas não se impunham ainda em termos antagônicos no âmbito da luta entre interesses de grupos”.

Foram as atividades de subsistência humana que contribuíram para a construção das normatividades grupais, onde regras de conduta deveriam ser respeitadas por todos. Portanto, “O cotidiano mais imediato é o solo no qual a ideologia se torna um componente necessário à vida em sociedade. Surge como consequência da própria atividade social dos homens que medeiam esta mesma atividade por atos de consciência” (COSTA, 2006, p.6).

Lukács (2013) chama a atenção em relação ao entendimento da ideologia em um sentido amplo. O autor argumenta que o importante não é somente conceituar a categoria ideologia, mas, perceber como ela se constrói e se materializa na vida cotidiana, no aqui e agora dos homens. Para o autor, a vida de cada homem, e, portanto, todas as suas realizações, quer sejam elas realizações práticas ou intelectuais, são influenciadas pelo seu ser social, ou seja, é consequência do ambiente onde o homem vive e atua.

Nessas condições, o autor segue afirmando que Marx já afirmara que o que determina e influencia os homens são as suas relações sociais e não sua consciência, ou seja, são as suas experiências concretas, nas relações que estabelece enquanto ser social. O conhecimento que emerge dessas experiências concretas, muitas vezes se refere a um conhecimento confuso e obscuro e é nesse ponto que surge a ideologia como estratégia de minimizar os conflitos que derivam das relações sociais, Lukács ainda ressalta que os fundamentos de tais ideologias devem ser investigados tendo como ponto de partida o desenvolvimento econômico.

A ideologia consiste em uma reação humana ao meio ambiente socioeconômico onde o ser humano vive, corresponde a uma forma de luta social travada pelo mesmo na tentativa de resolver seus conflitos. Justamente por se tratar de um instrumento de resolução de conflitos pode adquirir as formas mais diversas no curso da história. A ideologia é uma tentativa da humanidade responder a questões como: “o que fazer?” e “como fazer?”. E, nesse sentido, é possível afirmar que a ideologia nasce determinada pelo ser social, mediante sua necessidade histórica de sobrevivência (LUKÁCS, 2013).

Sobre o papel da ideologia e sua relação com os conflitos sociais, Lukács (2013) expõe que os conflitos se estabelecem entre os homens singulares ou grupos coletivos, por uma questão de interesses divergentes. Os grupos surgem a partir da identificação de interesses comuns entre os homens singulares, uma vez identificado esses pontos em comum, o grupo percebe que aquilo que concebe como importante no contexto social, em seu cotidiano, não é tão relevante para os demais grupos. E é nessas condições que se germinam as ideologias, ao defender um ponto de vista/interesse, um grupo tem que criar mecanismos de convencimento perspicaz, que tenha a capacidade de gerar consenso na sociedade, em relação à defesa de que os seus interesses são efetivamente importantes, considerados “certos moralmente”, e que, portanto, são interesses que correspondem ao bem da sociedade em geral. A imposição e disseminação dessas ideias se realiza mediada por diversas estratégias que vão desde o convencimento com vistas a gerar consenso, até uso excessivo de violência e coerção.

A ideologia do modo de produção capitalista está ancorada a partir de tais premissas, pois ela é erigida no intuito de legitimar os interesses de um determinado grupo social, a burguesia. Suas ideias e práticas passam a soar como se todos aqueles que vivem na sociedade tivessem os mesmos interesses.

O capitalismo, para realizar a manutenção do seu sistema e continuar a ser dominante, produz ideologias que sejam capazes de minimizar os antagonismos entre as classes sociais fundamentais. Na iminência de um conflito, a classe dominante forja mecanismos de defesa, caracterizados pela ideologia, com a finalidade de manter coesão em torno de seus interesses de classe, nessas condições a ideologia é utilizada estrategicamente como manobra para realizar os enfrentamentos entre os grupos com interesses diversos. (COSTA, 2006).

É oportuno lembrar que nesses embates, a ideologia surge como se fosse algo neutro, ou seja, por pretender representar o interesse de toda a sociedade, ela surge sob a forma da pseudoneutralidade.

Mészáros (2004), por sua vez contribui ao afirmar que a ideologia não corresponde a uma superstição mística/religiosa, de pessoas que são consideradas “ignorantes”, ao contrário, relaciona-se a concepções de mundo, que estão muito bem fundamentadas e articuladas para gerar consenso social. Trata-se de algo que se constrói e reconstrói constantemente, no intuito de organizar a consciência humana em torno de valores estrategicamente elegíveis e que parecem inquestionáveis, dando a impressão de que é a ordem natural dos acontecimentos e fenômenos sociais.

Na sociedade capitalista, a ideologia da classe dominante cumpre uma função social bem clara e precisa: manter a ordem social vigente mediante uma série de normas, regras de conduta e valores, que são disseminados socialmente e que na aparência, dão a impressão de ser normas e valores que representam toda a sociedade.

Marx explica como a classe operária, numa certa fase histórica, aceita a visão do mundo da burguesia. Ele diz que a burguesia, enquanto classe dominante, influencia e educa a classe operária segundo a sua própria concepção. [...]. Marx vê muito bem como a burguesia difunde sua própria ideologia para toda a sociedade; mas vê também a contradição que se desenvolve na sociedade e mostra como, a partir do desenvolvimento das forças produtivas (e o proletariado é a principal força produtiva na sociedade capitalista), nasce a luta de classe, com o que se elaboram novas concepções, a concepção revolucionária da classe operária. (GRUPPI, 1978, p.90).

Mesmo não representando todo o conjunto da sociedade, a burguesia estabelece sua ideologia ao constituir-se como classe hegemônica, conseqüentemente, a classe trabalhadora passa a ser a classe subjugada, subalterna. Nessa relação, a classe dominante cria mecanismos que legitimam seu estilo de vida, seu poder sobre a classe trabalhadora, e vai construindo todo um modo de vida pautado nos princípios capitalistas, através de um processo que tende a educar as classes subalternas, para que as mesmas passem a adotar as ideias da classe dominante.

No entanto, o autor em tela expõe que Marx já alertara sobre a possibilidade da classe trabalhadora (que é a classe dominada, subjugada no modo de produção capitalista) fazer o enfrentamento dessa situação opressora, que é imposta pelo modo de produção capitalista a partir da elaboração de uma nova concepção de mundo, pautada nos ideais da classe trabalhadora.

Para Gramsci, as visões de mundo das classes subalternas são impostas pelas classes dominantes, cumprindo uma função social historicamente determinada: de dominação dos subalternos, dos trabalhadores. Tais visões de mundo são repassadas por diversas instâncias sociais, como a igreja, a escola, o Estado, a mídia, a cultura, etc. Estas instâncias influenciam a vida em sociedade dando direção e formando consenso entre a coletividade de forma que se tornam hegemônicas. (GRUPPI, 1978).

Ainda que influenciadas pela ideologia da classe dominante, as classes dominadas ou subalternas têm reações que denotam resistência e luta, mesmo sendo reações espontâneas, tais reações favorecem o movimento de luta e reivindicação das mesmas. E nessas circunstâncias esse movimento contribui para que as classes subalternas percebam a

contradição entre a visão de mundo imposta a elas e a realidade em que vivem. (GRUPPI, 1978).

A esse respeito, Gruppi (1978) ressalta que Gramsci partia do pressuposto de que em todo o ser humano há uma consciência imposta pelo meio em que ele vive, assim sendo, essas consciências que lhe foram impostas colaboram para a produção de influências diversas e até mesmo contraditórias.

Portanto, quando a consciência do ser humano está em um estágio de não criticidade, reagindo aos estímulos sociais de forma espontânea e mecânica, nessa fase, a consciência é permeada por uma diversidade de influências ideológicas que ao longo dos anos foi se acumulando mediante diferentes estratificações sociais e culturais. Deste modo, “A consciência do homem não é mais do que o resultado de uma relação social, e é ela própria uma relação social” (GRUPPI, 1978, p. 67).

Yazbek (1999) afirma que ao adentrar o universo das classes subalternas e suas representações, é importante fazê-lo situando tais classes no contexto das relações que se estabelecem no interior da sociedade, o que denota uma longa e penosa trajetória onde é possível constatar não somente a sua subalternidade como decorrência da pobreza material, resultado da contradição capital e trabalho, mas também é possível constatar uma pobreza moral e espiritual. Desta maneira a subalternidade é consequência das relações de poder em que estão inseridos os sujeitos no contexto social. “[...] Tem, portanto seus contornos ligados à própria formação social que a gera e se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais, políticas, culturais, mas nas atitudes mentais dos próprios “pobres” e de seus interlocutores na vida social”. (YAZBEK, 1999, p. 66).

Sobre a subalternidade, é importante pontuar que esta categoria teórica foi trabalhada nas obras de Gramsci, o mesmo trata da espontaneidade presente na história das classes subalternas, a mesma deveria ser trabalhada no sentido de ter direção consciente, para ter possibilidades de enfrentamento de projetos societários da classe dominante. A espontaneidade corresponde a uma característica das classes subalternas, mas que deve ser usada estrategicamente no sentido de explicitar concepções de mundo que são criadas para dominação mediante estabelecimento de um projeto contra- hegemônico. (YAZBEK, 1999).

As classes subalternas são analisadas por Gramsci a partir da relação entre classe operária e campesinato italiano de sua época. Nesse período o autor observou que não havia uma unidade entre a classe operária e campesinato no que diz respeito à luta contra o sistema capitalista. Portanto, Gramsci denominou que estas classes correspondiam às classes

subalternas, as quais não eram homogêneas e possuíam uma vida fragmentada. Tal fragmentação constituía-se como um empecilho para que as classes subalternas, que eram exploradas e oprimidas pelo capitalismo, formulassem um projeto revolucionário centrado na aliança operário-camponesa (DEL ROIO, 2007).

As classes subalternas acabavam por ignorar o processo histórico e ainda ignoravam a ideologia imposta sobre, elas pela classe dominante capitalista. Nessas condições, Gramsci (1999) afirma que não é possível ter uma visão de mundo crítica e coesa, se o ponto de partida para análise, não for o movimento da história, das fases de desenvolvimento dos modos de produção e sua relação com a constituição da vida em sociedade e as contradições que são geradas nas fases de desenvolvimento. O autor indaga: como pensar o presente sem se ater ao passado histórico? Se o presente é determinado pelo passado?

Ao formular um projeto contra-hegemônico, capaz de fazer frente ao projeto societário capitalista, Gramsci argumenta que é necessário considerar os fatos históricos como algo que influencia o presente e não como se os fenômenos históricos, que nos desafiam a construir uma nova sociabilidade, já estivessem superados ou se tratassem de algo tão distante da realidade atual, que não vale a pena ser considerado.

Gramsci alerta ainda para a enorme diversidade cultural presente nas classes subalternas, portanto, é impossível colocar as mesmas dentro de um único enquadramento. É necessária uma leitura mais apurada sobre as situações vivenciadas pelas mesmas e a partir disso buscar construir estratégias de atendimento de suas demandas.

As classes subalternas não são homogêneas, numa perspectiva gramsciana, as classes subalternas devem ser consideradas em suas particularidades, seus conhecimentos, seus saberes e folclores que lhe concedem a capacidade de percepção do mundo ao seu redor. Assim, não é possível ter uma concepção de classe linear ou esquemática (GRAMSCI, 1999).

Del Roio (2007) expõe que para Gramsci as classes subalternas constituíam-se em um universo amplo e complexo, e era necessário levar isso em conta quando a intenção fosse a construção de um projeto revolucionário de unificação dos grupos subalternos com a finalidade de elevá-los à condição de consciência crítica. Por conseguinte, era importante obter conhecimento a respeito da cultura popular, do folclore ou senso comum das classes subalternas e perceber como o senso comum pode ser articulado com a visão de mundo dos intelectuais que tivesse a capacidade de contribuir para que as classes subalternas passassem do senso comum ao bom senso. Tendo em vista que o “[...] ponto de partida deve ser sempre o senso comum, que é espontaneamente a filosofia das multidões [...]” e ainda deve-se

considerar que “O senso comum é um agregado caótico de concepções disparatadas e nele se pode encontrar tudo o que se queira” (GRAMSCI, 1999, p.117).

Del Roio (2007) referindo-se a Gramsci expõe que para este autor a estratégia de emancipação das classes subalternas implicava em uma reforma moral e intelectual mediante processo de educação das massas, por isso era importante considerar o folclore, a religião, o senso comum dessas classes. Era necessário também organizar a vida a partir de novas bases a fim de materializar uma nova subjetividade no interior das classes subalternas. Pois, negar a velha ordem implicava em elaborar de forma teórico-prática um novo projeto de vida que fosse construído conforme a direção possível do movimento do real. Portanto, construir uma nova subjetividade, capaz de ser crítica e ao mesmo tempo em que tivesse a qualidade de negar a condição subalterna, partia primeiramente das condições reais existentes, de suas contradições e até mesmo dos fragmentos que compunham a ideologia subalterna.

Na medida em que o ser humano tem uma visão de mundo, passa a pertencer a um grupo, pois se identifica com ele, por acreditar nessa visão, compartilham valores, crenças, elementos culturais, formas de agir e de pensar. Disso posto, é possível afirmar que o homem sempre participa coletivamente de algum conformismo. O problema, argumenta Gramsci, reside no seguinte aspecto: de que tipo de conformismo se participa? Importante poder perceber esse tipo de relação num movimento de criticidade e ser coerente, no sentido de manifestar ações e reflexões capazes de elucidar que há uma infinidade de pontos de vistas e concepções de mundo que buscam conformar o ser humano. Nesse sentido, a personalidade humana passa a sofrer influência de um amontoado de conformismo, que às vezes manifestam valores, preconceitos e crenças que remontam tempos arcaicos, na mesma medida em que pode conter elementos progressistas, fundamentados em ciência moderna. Por conseguinte, afirma Gramsci (1999, p. 94), é importante “Crítico a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído”.

Ou seja, o conhecimento que norteava a visão de mundo das classes subalternas era um agregado de ideias e concepções que necessitavam ser explicitadas e ao mesmo tempo, criticadas para que então fosse possível situar essa visão de mundo dentro de um contexto mais global e universal tornando-a mais coerente com seu modo de vida e com seus projetos de sociedade. Dessa forma seria possível desmistificar a ideologia dominante e elevar cultural e moralmente as classes subalternas onde as mesmas passariam do senso comum para o bom

senso, num movimento de protagonismo político, em que governados tivessem a possibilidade de ser governantes, e que o poder não ficasse restrito apenas a uma classe.

#### **4 Conclusão**

O presente artigo, ao pontuar sobre o processo de alienação e subalternidade, destacou que a sociedade capitalista cria um aparato de ideias que são capazes de sustentar e legitimar sua ordem social.

A importância em debater a respeito desta temática, ocorre, na medida em que, presente na ideologia da classe dominante, a subalternidade, forja, principalmente, no comportamento da classe trabalhadora, a tendência de naturalizar as relações de desigualdade social. Tende a promover conformismos, no contexto de relações sociais que são constituídas sob fundamentos de exploração do homem, sobre o homem, tornando-o mero objeto, mercadoria.

A ideologia, tende a atribuir, culpabilizar o ser humano por sua própria situação de desigualdade e pobreza, atribuindo que tais situações se manifestam em decorrência de incapacidade individual, escamoteando toda uma trama que se estrutura com a finalidade de socializar a produção da riqueza material, mas, que no entanto, tem como suposto a apropriação privada desta riqueza produzida.

Nesse sentido, é importante promover debates em torno da construção de processos ideológicos que tendem a forjar subalternidade, especialmente, debates que sinalizem que a ideologia e concepções de mundo que surgem a partir delas, não se constitui em fenômeno neutro, haja vista que ela sempre tenderá a favorecer um projeto societário.

A ideologia consiste em uma reação humana ao meio ambiente socioeconômico onde o ser humano vive, corresponde a uma forma de luta social travada pelo mesmo na tentativa de resolver seus conflitos. Justamente por se tratar de um instrumento de resolução de conflitos pode adquirir as formas mais diversas no curso da história. Aqui os conflitos e embates que são travados no contexto social se manifestam como embates de interesses.

Inserida na sociabilidade capitalista, as classes dominadas/subalternas são muitas vezes influenciadas pela ideologia da classe dominante, no entanto, mediante os autores pontuados neste trabalho foi possível observar que as classes subalternas têm reações que denotam resistência e luta, mesmo sendo reações espontâneas, tais reações favorecem o

movimento de luta e reivindicação das mesmas. E nessas circunstâncias esse movimento contribui para que as classes subalternas percebam a contradição entre a visão de mundo imposta a elas e a realidade em que vivem.

Portanto, ao perceberem esses conflitos de interesses existe a possibilidade de os movimentos espontâneos das classes subalternas terem uma direção mais consciente referente ao processo de alienação e subalternidade que vivenciam e assim constroem projetos de classe que realizem uma contra-hegemonia em relação ao projeto societário da classe dominante.

## **5 Referências**

ALMEIDA, Ana Maria C. A questão da “alienação” em Karl Marx – o exemplo da obra de arte – (sugestões para um debate). **In: Semina: Ciências Sociais e Humanas**. Londrina. v. 12, n. 3, p. 119-123, 1991. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/9276>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

COSTA, Gilmaísa Macedo da. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. **In: Revista Urutágua** – revista acadêmica multidisciplinar (Cesin – MT/DCS/UEM). Nº 09. abr./mai./jun./jul./2006 – Quadrimestral – Maringá – Paraná – Brasil. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/009/09costa.htm> Acesso em 20 de agosto de 2014.

DEL ROIO, Marco. Gramsci e a emancipação do subalterno. **In: Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n29/a06n29.pdf> . Acesso em 10 de junho de 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1999. 500 p.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1978. 143 p.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. Livro I. São Paulo: Ed. Boitempo. 2013. 335 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007. 496 p.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Ed. Boitempo. 2013. 856 p.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 4ª ed. São Paulo: Cortez. 1995. 168 p.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Ed. Martin Claret. 2004. 83 p.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Ed. Boitempo. 2013. Livro I. 856 p.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ed. Boitempo. 2004. 568 p.

\_\_\_\_\_. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Ed. Boitempo. 2006. 296 p.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura**: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Ed. Boitempo. 2001. 176 p.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez. 1999. 200 p.

---

<sup>i</sup> Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa- PR – UEPG (2017), Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG (2011). Especialista em Gestão Pública. Graduada em Serviço Social pela UEPG (2008). Professora no Departamento de Serviço Social da UEPG. E-mail: [souzacgj@gmail.com](mailto:souzacgj@gmail.com)

<sup>ii</sup> Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (2005). Mestrado em Prática Profissional e Política Social pela PUC/SP (1997). Graduada em Serviço Social pela UEPG. Professora Associada da UEPG junto ao curso de Serviço Social e Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: [juaybo@gmail.com](mailto:juaybo@gmail.com)